

# Como o Chega usa as mulheres contra a igualdade | Feminismo

---

**P** [publico.pt/2026/03/08/sociedade/noticia/chega-usa-mulheres-igualdade-2167178](https://publico.pt/2026/03/08/sociedade/noticia/chega-usa-mulheres-igualdade-2167178)

Ana Cristina Pereira

March 8, 2026

Interessada por igualdade de género, ao passar de uma licenciatura em Relações Internacionais para um mestrado em Sociologia, Mariana Matias Santos interrogava-se. Como é que o Chega nega a desigualdade entre homens e mulheres e atrai eleitorado feminino? Que papel desempenham as mulheres do partido na resistência às políticas de igualdade?

Não é o único partido crítico das políticas de igualdade. “É aquele que desde 2019 teve maior capacidade de amplificar estas posições”, justifica a autora da dissertação *Chega de feminismos? Oposição e instrumentalização das questões de género pela direita radical portuguesa*, aprovada pela Universidade de Coimbra em 2025.

De legislativas para legislativas, tem conquistado mais lugares. Em 2022, tinha uma mulher entre 12 deputados. Dois anos depois, 13 entre 50. Mais um ano, 18 entre 60.

Só que a presença de mulheres num partido, como lembra Mariana Matias Santos, não significa automaticamente uma mudança nas posições sobre igualdade. Embora amplie a visibilidade das mulheres, a participação feminina até pode servir para consolidar projectos políticos contra a igualdade.

No Chega, a presença crescente de mulheres não tem provocado qualquer “mudança ideológica”. “Há uma estratégia que reconhece as mulheres, as mulheres eleitoras, como um segmento relevante, mas dentro de um modelo muito específico de mulher, centrado na família e no cuidado.”

Por outras palavras, diz que “homens e mulheres reproduzem posições igualmente conservadoras”. “A inclusão de mulheres funciona sobretudo como uma estratégia de legitimação e quase de gestão da imagem do partido.”

A oposição a políticas de igualdade não é uma originalidade. Segue a linha de outros partidos da direita radical, como o Fratelli d'Italia, o Rassemblement National (França) ou o Fidesz (Hungria) que negam a necessidade de mais avanços.

## Análise de documentos e discursos

---

Para apurar como evoluiu em termos de propostas, Mariana Matias Santos analisou os programas eleitorais de 2019, 2021, 2024 e 2025. Para apreender como tudo se articula com a performance política, examinou as intervenções feitas nas sessões plenárias por [Rita Matias](#) (16) e Cristina Rodrigues (11), deputadas com grande visibilidade e diferentes trajetórias.

Rita Matias, diz, “representa uma trajetória mais coerente com aquilo que é o ideal do partido”. Assume-se como “conservadora, católica, crítica do feminismo contemporâneo e centra o seu discurso na maternidade, na família, nas crianças”. [Cristina Rodrigues](#) vem de outro partido. “Reconfigurou o discurso. Passou a adoptar uma retórica muito polarizada e bastante alinhada com a agenda securitária e anti-imigração.”

No programa e no Parlamento, o Chega apresenta “a sociedade portuguesa como igualitária e as reivindicações feministas como uma tentativa de distorcer a realidade”; não concebe a denúncia das desigualdades “como um instrumento de justiça social, mas como uma forma de colocar as mulheres numa posição de vitimização permanente”. Pelo caminho “desqualifica todo o conhecimento produzido nas últimas décadas sobre desigualdades estruturais de género”, lê-se na dissertação de Mariana Matias Santos. “Procura minar os fundamentos das políticas de igualdade, apresentando-as como redundantes, injustas ou mesmo discriminatórias, especialmente para os homens.”

Esse tipo de posicionamento atrai mais homens do que mulheres. Reconhecendo “as mulheres como um segmento eleitoral relevante”, o Chega tenta mobilizá-las através dos seus supostos “interesses práticos”. “Fala muito em medidas de apoio à natalidade, em incentivos à maternidade, em protecção social, mas enquadradas numa lógica de apoio à família, não acompanhadas de uma perspectiva de igualdade estrutural.”

Não raras vezes, explica a investigadora do Centro de Sociais da Universidade de Coimbra e do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra, “a afirmação de direitos e a adopção de medidas dirigidas às mulheres surgem articuladas com posições anti-imigração, [anti-género](#), securitárias e punitivistas, bem como com uma lógica de retraditionalização dos papéis de género”. Ao reivindicar protecção contra a violência, por exemplo, desloca-se das “causas estruturais da desigualdade para o campo da segurança e do punitivismo”.

Mariana Matias Santos encaixa propostas e intervenções de [Rita Matias](#) e Cristina Rodrigues no “femonacionalismo” — “a apropriação instrumental da retórica de defesa das mulheres para legitimar agendas nacionalistas, xenófobas e conservadoras”. As mulheres “aparecem como vítimas a proteger e como símbolos da identidade nacional, cuja integridade seria ameaçada sobretudo por ‘outros’, apresentados como incompatíveis com os valores ocidentais”.

As deputadas não se limitam a acrescentar diversidade àquela bancada parlamentar. A sua primeira função, segundo a investigadora, é ajustar, ampliar e dar legitimidade às linhas programáticas, tornando-as mais aceitáveis. “Funcionam como pontes simbólicas, capazes de suavizar a imagem do partido e de legitimar, com a sua própria presença, discursos que desqualificam a igualdade de género e atacam o feminismo”, refere. “Quando o partido coloca uma voz feminina na defesa de posições conservadoras e antigénero, há uma redução da resistência social a estas posições.”

Rita Matias “amplia a agenda anti-género sobretudo na linguagem e na educação”. Pega em focos de pequena escala — como “pessoas gestantes” ou o uso das [casas de banho](#) mistas — e gera um forte impacto mediático. Cristina Rodrigues assume uma função de tradução.

"Especializou-se em apresentar o eixo segurança-imigração."

Na passagem do programa para os discursos, a investigadora observa "a transformação de desigualdades estruturais em 'problemas': a Educação para a Cidadania torna-se 'doutrinação', a violência de género é diluída em 'violência intrafamiliar' ou convertida em argumento para penas mais duras, as políticas de protecção são denunciadas como privilégios".

## Os riscos

---

A fazer um doutoramento em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, esta investigadora não quer que se pense que o debate sobre o género não tem efeitos.

"O primeiro risco e mais geral é a deslegitimação do próprio conceito de desigualdade de género", avalia. "A legitimidade das políticas públicas de igualdade fica fragilizada; o conhecimento produzido não é tido em conta; medidas como a paridade, a educação para a cidadania, o combate à violência de género são apresentados como excessivas ou como privilégios injustificados".

Enquanto mulher e investigadora, com apenas 23 anos, preocupa-a "a ideia de que a desigualdade já não existe, que as políticas de igualdade são um excesso, que os direitos podem ser reavaliados consoante o clima político". "Os retrocessos não acontecem necessariamente de uma forma abrupta, vão acontecendo por desgaste, por uma deslegitimação que é gradual, por uma normalização do discurso."

Neste momento, em seu entender, o país já não está apenas "perante ameaças discursivas". "Mesmo que não existam reconfigurações legislativas imediatas, a normalização de determinadas narrativas já tem um impacto. Isto já é visível no tom de alguns debates parlamentares, mas também no quotidiano, [nas escolas](#), [nas redes sociais](#), nos espaços públicos", diz. "Não estamos perante revogações abruptas das leis, mas já vamos vendo bloqueios, cortes orçamentais, alteração de prioridades."